

A INCLUSÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA CAMPO DO PIBID: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DOS PROFESSORES DAS CIÊNCIAS HUMANAS

THE INCLUSION OF INDIGENOUS THEMES IN THE PIBID FIELD SCHOOL: AN INVESTIGATION INTO THE PRACTICES OF HUMANITIES TEACHERS

David Matheus da Silva Frade
Universidade Federal de Alagoas
david.frade@igdema.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1699-8429>

RESUMO: Este artigo foi apresentado no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade. O Grupo de Trabalho em que o mesmo foi problematizado e socializado foi o GT 5. Raça, gênero e sexualidades na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Gênero. Sexualidades na Educação.

ABSTRACT: This article was presented at the IV National Seminar of NUDES, I International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity. The Working Group in which it was discussed and shared was WG 5. Race, gender and sexualities in education.

KEYWORDS: Race. Gender. Sexualities in Education.

Introdução

Os povos indígenas brasileiros sofreram uma drástica redução numérica desde o início do processo de colonização do território brasileiro pelos europeus. O que marcou um grande extermínio das etnias e redução dos números de indivíduos dos grupos que sobreviveram. De acordo com o IBGE (2007) existiam no Brasil entre 2,5 e 3,5 milhões de indígenas no século XVI. Hoje, de acordo com o censo de 2022, existem 1.694.836 indígenas (IBGE, 2023), representando mais de 300 diferentes etnias no território brasileiro. No Estado de Alagoas, o IBGE (2023) contou 25.725 indígenas de diferentes etnias.

Um grande marco para a inclusão da temática indígena na educação de base é a Lei 11.645, de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do país. Tal lei alterou a Lei 9.394 de 1996, sendo esta alterada em 2003 pela Lei 10.639, que estabelece o ensino da história da África e da Cultura Afro-brasileira. Podemos afirmar que essas leis, são grandes ações afirmativas que visam combater a discriminação e, principalmente, reconhecer grupos que em toda a história brasileira, foram e são invisibilizados em meio a sociedade (Cigolini; Silva, 2020).

Bergamaschi e Gomes (2012) abre nossos olhos a respeito da construção social da imagem do “índio”, sendo essa passada para nós ainda na infância e nunca desconstruída perante a escassez do processo de escolarização e menos ainda na vida adulta. Dessa forma, como uma tentativa de descolonizar esses pensamentos a respeito dos povos indígenas na sala de aula, criam-se leis que vão exigir das escolas a inclusão da temática indígena e, com isso, a Lei nº 11.645/2008, claramente, é um marco legal na educação para o combate ao racismo no Brasil. Contudo, compreende-se que essas determinações são um grande avanço para uma educação que visa dar ênfase a desconstrução dos estereótipos dos povos originários no Brasil. Para isso, é preciso pensar a escola como um espaço de formação de cidadãos, reafirmando uma educação que valoriza a multiculturalidade e as diferenças.

Nesse sentido, os bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência da Universidade Federal de Alagoas, edição 2022-2024, realizaram uma pesquisa para averiguar como os professores da área de Ciências Humanas da escola campo trabalhavam com a temática indígena em suas disciplinas e se incluíam aspectos relacionados aos indígenas alagoanos.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é investigar se os professores das Ciências Humanas da escola campo do Programa Institucional de Bolsas a Iniciação à Docência (2022-

2024) da Universidade Federal de Alagoas, trabalham a questão indígena em suas aulas e quais suas abordagens.

Metodologia

Como metodologia, optamos por seguir uma pesquisa qualitativa, sendo essa uma abordagem de grande “relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p. 20). Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, por meio de artigos científicos e documentos legislativos que asseguram o ensino das questões indígenas na Educação Básica.

Para alcançar os objetivos expostos anteriormente, desenvolvemos a aplicação de questionários como instrumento de coleta de dados. O questionário se deu através do *Google Forms* e da rede social *Whatsapp*. O universo da pesquisa abrange 30 professores, sendo a amostra obtida correspondida em: 17 respondentes do formulário, ou seja, 56,6% do universo. Tais informações foram agrupadas, tabuladas e serão analisadas a seguir.

Resultados e discussão

A primeira pergunta feita aos professores da área de Ciências Humanas do Instituto Federal de Alagoas (Campus Maceió) foi sobre a disciplina que lecionam. O resultado foi: 6 professores de Geografia, 4 de História, 4 de Sociologia e 3 professores de Filosofia. Desse total, oito professores estão formados em suas respectivas graduações a mais de 15 anos.

A segunda pergunta foi direcionada para saber se os professores conheciam alguma legislação que determine o ensino da questão indígena na escola e os resultados mostraram que 58,8% desses professores não conheciam nenhuma lei que garantisse o ensino da temática. Esse dado mostra-se preocupante perante a formação de professores, visto que, quando pensamos na formação inicial, logo idealizamos que essa formação contemplará as demandas e desafios da profissão

(Guerch, 2019), o que claramente não ocorreu na formação desses professores pesquisados.

Quando perguntados, na terceira questão, se a questão indígena deveria ser tratada em sala de aula, todos os professores responderam “sim”. No entanto, a questão 4 buscou entender se esses professores abordam a temática em sala de aula e, com isso, apenas 76,5% responderam que abordam em suas aulas.

Esses mesmos professores foram questionados na quinta questão a respeito de que tipo de abordagem eles fazem sobre a questão indígena brasileira e, analisando as respostas, podemos ver que mais da metade dos professores de história (75%) adotam uma postura tradicional, na qual a visão sobre os povos indígenas não está atrelada a sua própria história. Isso vai ocorrer por que a história está sendo contada unicamente pelos colonizadores e não pelos colonizados, o que evidencia a necessidade de se descolonizar a educação, o que para Santana, Santos e Ferreira (2022) não é um processo rápido, visto que essa descolonização implica descolonizar toda e qualquer perspectiva de conhecimento.

Os professores de sociologia apontaram em suas respostas abordagens de aspectos diferentes. Enquanto um prioriza uma abordagem “culturalista”, outro trabalha em uma perspectiva integradora dos povos indígenas, mostrando sua importância como elemento central da formação étnica brasileira. O que pode ser percebido na afirmação: “A formação do povo brasileiro a partir da matriz indígena”.

Com os professores de Filosofia a situação não se mostrou tão diferente. Nota-se uma semelhança entre as abordagens de Sociologia e Filosofia em associar a temática indígena a aspectos culturais, o que fica claro na seguinte resposta: “quando trato sobre cultura, colonização em aulas de ética” e “Sobre a desconstrução da cultura dos povos originários nos últimos 500 anos e os atentados últimos aos povos da Amazônia, pelos motivos de garimpo ilegal e/ou agronegócios”. Essa última resposta, acrescenta uma contextualização atual da questão indígena, o que mostra um aspecto bastante positivo, pois há a necessidade de atualização na forma de encarar a questão indígena durante as aulas.

Por fim, os professores de Geografia, 4 respondentes de um total de 6, não demonstraram posturas mais modernas de abordagem da questão indígena, ficando

evidente a forte influência de uma prática tradicional, baseada em uma cultura eurocêntrica, como pode ser percebido em uma das respostas: “Muito superficial, sobre o índio no Brasil uma visão geral em um contexto introdutório de conteúdo”. Fica claro uma forte dependência dos conteúdos programáticos da disciplina, bem como uma superficialidade nas abordagens, reforçando a necessidade de se repensar a prática pedagógica e adequá-la aos novos impositivos legais.

As respostas trouxeram um aspecto preocupante, em alguma medida as afirmações dos professores tendem a remeter os povos indígenas a um lugar de violência, ao passado, as contribuições dos povos originários aparecem sempre secundarizadas, não há uma valorização enfática dos indígenas como povos originários e importantes do país.

A sexta questão se destinou aos que responderam “sim” à quarta questão, afirmando que tratam da questão indígena brasileira em suas aulas. A esses professores foi perguntado se abordam a questão indígena alagoana em suas aulas e que justificassem suas respostas. Lembrando que Alagoas é um estado que possui vários grupos indígenas e um considerável contingente populacional com ascendência indígena. Sete professores afirmaram que sim e seis afirmaram que não. A maior parte dos que responderam sim apresentam uma abordagem bastante superficial e diversificada, aparecendo nas aulas através de projetos ocasionais ou quando há alguma referência na ementa da disciplina. Podemos afirmar que as respostas desses professores que analisamos até aqui, por mais que trabalhem sim a questão indígena em sala de aula, falta aprofundamento e valorização da questão para que ela ganhe mais importância nas aulas.

Na última questão, pergunta sete, buscou-se entender os motivos que levaram os professores a responderem “não” à quarta questão (Em suas aulas você aborda a questão indígena brasileira?). Lembrando que esse grupo corresponde aos 23,5% dos respondentes. As respostas, sem dúvidas, denunciam uma coisa em comum: o esvaziamento das questões indígenas na educação básica, que pode ser evidenciado nas respostas: “termina passando despercebido, devida a ementa” e “por ter pouca divulgação em materiais didáticos”.

Podemos ver diante dessas discussões que mesmo diante de uma legislação que assegura o ensino pautado nas questões indígenas, ainda há uma grande dificuldade em se trazer para sala de aula essa temática. Bento (2022) nos chama atenção para o fato de que a ação pode ser causadora da discriminação e do preconceito, mas também a falta dela.

Considerações finais

Podemos concluir que os resultados desta pesquisa deixam claro que é necessário um repensar dos cursos de formação de professores da área de Ciências Humanas e de investimentos na formação continuada docente, pois a criação de leis que determinam o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do país não é o suficiente, na medida em que é preciso pensar em uma educação decolonial, que atenda às necessidades de visibilidade e valorização da diversidade étnico-racial do Brasil.

Sabemos que a luta contra a discriminação dos povos indígenas ainda está distante de terminar e isso se dá porque os problemas estão enraizados desde a formação inicial dos educadores até a forma como são escritos os livros didáticos, o que fica claro nas respostas dos investigados, pois alguns condicionam sua atuação em sala de aula ao que está presente nesses livros, e como são montados os programas das disciplinas. De uma forma geral, os professores que abordam a temática indígena em suas aulas o fazem de forma tímida, secundarizada e baseada em uma abordagem tradicional, centrada em uma visão ditada pelo colonizador. Os que não abordam, mostram uma extrema dependência da normatização para fazê-lo, ou seja, se não está na ementa da disciplina ou não faz parte dos conteúdos programáticos, ou ainda, se não estiver nos materiais didáticos, não será abordado durante as aulas. E em relação aos indígenas alagoanos, as respostas evidenciaram uma desimportância e desconhecimento sobre a temática.

Dessa forma, compreendemos que para a educação ser antirracista, ela precisa antes ser libertadora, e para isso, é necessário um repensar constante das práticas pedagógicas e uma atualização das novas demandas atuais.

Referências

1. BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
2. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 23 jan. 2024.
3. BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: Planalto. Acesso em: 10 out. 2024.
4. CIGOLINI, Adilar Antônio; SILVA, Michelle Correa da. A temática indígena no ensino de Geografia: problemas e caminhos. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 82-100, jan./jun. 2020. Disponível em: revistas.ufpr.br. Acesso em: 15 jan. 2024.
5. FLICK, Uwe. **Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
6. GUERCH, Cristiane Ambros. Formação docente para a diversidade: um saber plural. **HOLOS**, Natal, v. 6, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6272>. Acesso em: 6 abr. 2024.
7. IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
8. IBGE. **Censo Demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
9. SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTOS, Vilmar Joaquim dos; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Colonialidade, relações étnico-raciais e o ensino de Geografia: reflexões a partir das epistemes decoloniais. **ODEERE**,

Itapetinga, v. 7, n. 2, p. 71-92, 2022. Disponível em: periodicos2.uesb.br.

Acesso em: 10 abr. 2024.